

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Aluna: Maria Lucia Lubina Dierka

Orientadora: Ana Lorena Briel

Curitiba, fevereiro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ESCOLA DE GESTORES

MARIA LUCIA LUBINA DIERKA

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

CURITIBA
2009

MARIA LUCIA LUBINA DIERKA

EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Artigo apresentado como requisito de conclusão do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ana Lorena Buel

CURITIBA
2009

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a situação da Evasão Escolar entre alunos do Ensino Médio em uma instituição de ensino pública estadual situada no município de Prudentópolis. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso e procura apresentar explicações teóricas-práticas para a situação de fracasso escolar. A evasão no Ensino Médio precisa ser compreendida no contexto de organização do ensino dual e excludente, que nega a realização dos direitos constitucionalmente garantidos para a população. A coleta de dados e análise sobre a realidade centrou-se nos documentos escolares relativos ao Projeto Político-Pedagógico e aos índices de rendimento e movimento escolar dos estudantes. Buscou-se fundamentação na vasta literatura existente sobre o tema, que contribuiu significativamente na elaboração de reflexões acerca das causas e consequências da evasão escolar.

Palavras-Chave: Evasão Escolar, Educação Pública, Ensino Médio.

ABSTRACT

This article aims to analyze a subject that is part of everyday life in many public schools: The Dropouts, of high school students during the evening. Wanted explanations for this fact by mentioning some factors that are frequently addressed and that are strong allies in this case. To contribute reflects a lot about this subject Dropouts and their factors as the ability to understand these facts trough alternative current and developing practices to overcome a project, implemented in 2008, sought to stay in school and adherence to studies of students at risk of school dropout. This project involved with the union of society, parents, teachers an Student Association, the conference helps young students in the evening, to motivate them trough the studies that may work for a fairer society. Ends are seeking explanations for this fact, citing several factors that appear most frequently and which are highly influential in this case.

Keywords: Dropouts, Public Education, High School.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar é um dos graves problemas da educação pública brasileira, que se agrava significativamente no nível de ensino médio, exige muita reflexão e alternativas de solução. A evasão destes estudantes está relacionada a muitos motivos pelos quais não permanecem na escola e concluem seus estudos. Problemas familiares, dificuldade de acesso à escola, necessidade de trabalhar, convívio com a violência e uso de drogas são fatores comuns para o abandono escolar.

A situação vivida pelos alunos faz com que deixem de acreditar que o estudo proporcionará um futuro promissor. A falta de interesse pelo estudo está sendo um dos principais motivos da evasão escolar de muitos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos. A pesquisa *Motivos da Evasão Escolar*, divulgada pela Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ) aponta que 40% dos adolescentes nesta faixa etária deixam de estudar porque consideram a escola desinteressante. A pesquisa mostra também que 14,1% destes jovens abandonaram a escola. A realidade pode ser encontrada nas escolas da rede pública estadual que tem como desafio reverter essa situação.

Os estudantes do Ensino Médio Noturno, além de estudar trabalham para se manter e ajudar no orçamento da família. Trabalhar para obter uma renda onde possam sobreviver ou conciliar os estudos faz com que eles decidam por um ou por outro, o cansaço físico e mental, estresse, desmotivação causada por não conseguir adaptação à rotina de trabalho e reconhecimento da importância do estudo. Os adolescentes têm dificuldades em se manter trabalhando e estudando, pois a adolescência implica no período de mudanças físicas e emocionais. A adolescência não é como simples adaptação às transformações, mas um período importante no ciclo existencial do ser humano, o qual exige uma tomada de posição social, familiar e sexual. Muitas vezes, o sono, a fome, o cansaço, e a desmotivação dos professores predominam e tornam isso um motivo para a desistência nos estudos.

[...] as desigualdades sociais são resultados das diferenças de classe e são elas que marcam o fracasso escolar nas camadas populares, porque os alunos de nível socioeconômico mais baixo tem um menor índice de rendimento e de acordo com alguns autores são mais propensas as evasões. (Arroyo. 1991,)

As famílias em que os problemas afetivos, financeiros e o desemprego permanecem por maior tempo, geram uma insegurança nos alunos e dificultam o acesso a escola. O baixo nível de escolarização dos pais também influencia na possibilidade de uma ação educativa fazendo com que a precária participação e colaboração seja um determinante para a aprendizagem dos seus filhos.

A sensação que fica é de que o trajeto escolar desses estudantes é plena de altos e baixos e que é preciso muita dedicação para a conclusão do ensino médio, o que para muitos é algo distante e quase impossível. Sabemos que além da família, as instituições educativas são fundamentais na complementação do desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes.

A escola poderá cumprir o seu papel de construtora do conhecimento e ao mesmo tempo, contribuir com as intervenções neste problema vivenciado pelos estudantes quanto ao assunto evasão.

EDUCAÇÃO: DIREITO REAL OU FORMAL?

Segundo estabelece a Constituição (arts. 205, 208 e 227), a educação é um direito público e deve ser garantido a todos por meio de ações aplicadas pelo Estado, pela família e com a contribuição da sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º) descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do poder público.

Deste modo, pode-se dizer que a educação não é um direito em que a responsabilidade é imposta exclusivamente a um órgão ou instituição. É um direito fundamentado na ação do estado, mas que deve ter a participação de todos: família, comunidade e sociedade em geral.

O Brasil é constituído de 59 milhões de crianças e adolescentes, ou seja, 41% de sua população esta na faixa etária de até 17 anos. A maioria das famílias está submetida a condições sócio-econômicas precárias. Esta situação leva o jovem a uma vida adulta precoce. Isto traz desajustes sociais, que se refletem na evasão escolar, na desqualificação profissional, na desvalorização e na auto-estima, na exploração dos jovens pelo trafico de drogas, na gravidez precoce e na desestruturação familiar.

As dificuldades para conciliar o trabalho e o estudo fazem com que grande parte dos jovens esteja fora da escola. O relatório do Banco Mundial destaca o não progresso no final dos anos 80, quanto a expansão de matricula no segundo grau. Isto leva a projeção de que somente em 2015 o país poderia alcançar a taxa de 50% de quinze a dezenove anos matriculados no ensino médio. O mesmo relatório informa que em 1886, esse mesmo índice já era 70% no Chile e de 95% na Coréia (ZIBAS, 1991, p. 41).

Se comparada ao Brasil no Paraná a situação é mais favorável, sendo que dos jovens com idade entre 15 e 19 anos, 70% estão nas escolas. Mesmo assim as taxas de evasão e repetência demonstram que um número muito significativo reprova ou evade. Dessa análise surgiu uma extrema necessidade de um novo olhar sobre o ensino médio. O Departamento de Educação Básica (DEB) iniciou pesquisas e estudos em 2007 levando os índices de aprovação, repetência e evasão das três séries do Ensino Médio da rede estadual de ensino, o que possibilitou perceber causas e possibilidades de superação. Esta pesquisa permitiu através de dados a análise da realidade paranaense e a partir dela foi desenvolvida pela Equipe de Legislação e Ensino do Departamento de Educação Básica da SEED uma

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É o que diz o artigo 205 da Constituição, que também prevê a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a melhoria da qualidade do ensino; a formação para o trabalho; e a promoção humanística, científica e tecnológica do país (Art. 214). “A educação é o primeiro dos direitos. Vem antes até mesmo da saúde, pois a partir dela, é possível capacitar a pessoa para a vida em sociedade. A educação tem a vocação de ser um direito assecuratório do exercício de todos os demais direitos”. Apesar de contemplada desta forma na constituição, fazendo nosso marco legal ser como um dos mais avançados, em muitos casos o que deveria ser regra, ou seja, o acesso a escola e a qualidade do ensino ainda é exceção. No entanto, é preciso questionar qual é o papel da Justiça, do Estado e da Sociedade na garantia do direito fundamental à educação.

Outro ponto importante do que cabe a sociedade, em especial aos familiares é a responsabilização por sua parte na educação dos filhos. O que se nota é que, os pais tem mostrado omissão no atendimento aos filhos. Falta autoridade familiar para ditar o que se pode ou não fazer e até onde se pode ir. Muitos pais não tem tempo de dar o suporte necessário e se a família não oferece em casa noção de responsabilidade, respeito e limites, o papel da educação fica comprometido.

E se a questão em torno da obrigatoriedade fica no ombro dos pais, o debate sobre o direito à educação também devem acontecer em relação ao ensino médio. Afinal, de que forma poderá a família obrigar os filhos a irem a escola ? Quando se fala em obrigatoriedade, devem-se levar em conta as peculiaridades do adolescente como pessoa da informação. E assim, o Estado deve criar estímulos para que os alunos principalmente adolescentes freqüentem a escola de boa vontade, e não por imposição.

Como a realidade do Brasil nos faz lidar no dia a dia com o descumprimento das leis e não com a garantia de acesso aos direitos dos estudantes, o papel da justiça tem se ampliado de forma expressiva. E é justamente neste meio de campo que ela tem colaborado para, inclusive, mudar a mentalidade dos administradores públicos.

Apesar de sua ação ser, no geral, positiva, é preciso discutir o que a justiça deve ou não arbitrar.

Portanto, apesar de a ação da justiça contribuir para a defesa dos direitos à educação, é preciso, por outro lado, discutir sobre o preparo e o conhecimento de promotores e juízes no que diz respeito às questões pedagógicas e educacionais.

ENSINO MÉDIO: UMA TENTATIVA PARA SUPERAR A EVASÃO

Para a realização da pesquisa de campo foi selecionada uma escola pública estadual do município de Prudentópolis, situado no interior do estado do Paraná. A escola possui aproximadamente 900 alunos matriculados no Ensino Fundamental diurno e 70 alunos matriculados no Ensino Fundamental período noturno e 110 alunos no Ensino Médio noturno. A escola conta ainda com 90 alunos nos cursos técnicos. A instituição de ensino, que oferta Ensino Fundamental e Médio, está em funcionamento desde 1949.

A metodologia de pesquisa que melhor se adequou ao objeto foi o estudo de caso, por se tratar da análise da situação de evasão escolar em uma escola específica. Desta forma, embora muitas das reflexões e conclusões construídas ao longo da pesquisa e explicitadas neste artigo possam ser generalizadas, é preciso ressaltar que as análises referem-se a uma situação específica.

A coleta de dados pautou-se pela busca de informações registradas nos documentos oficiais da SEED e da escola, como o seu Projeto Político-Pedagógico e o controle sobre o rendimento escolar dos alunos, foram utilizadas também estratégias de observação direta.

Por meio da análise do Projeto Político-Pedagógico da instituição, é possível perceber que toda a comunidade envolveu-se na sua elaboração. O PPP defende a perspectiva de que a escola deve assumir a responsabilidade pela construção das condições para que todos se tornem sujeitos da história, a qual propiciará a construção de um mundo mais justo, de qualidade de vida digna para todas as pessoas que fazem parte do colégio.

O documento relata que a escola trabalha de forma significativa em projetos realizados pelos professores, realizados aos sábados. A comunidade também participa através de solicitação das dependências do Colégio para uso em fins de semana, de entidades religiosas conforme solicitação expressa pelos solicitados.

Como todo e qualquer colégio público, encontra dificuldades com problemas de ordem social e familiar. Em alguns casos, os alunos são submetidos ao consumo e tráfico de drogas, violência, entre outros, o que de certa forma causa bloqueios em seu processo escolar, levando-o ao menosprezo de seus familiares e péssima participação na escola.

Desta forma, como o presente artigo pode ser envolvido juntamente com a comunidade, no sentido de abrir um espaço nos finais de semana para atrair os pais e tentar conscientizá-los.

Uma escola deve fornecer ao aluno condições de auto-estima dentro de uma educação pública de qualidade, que priorize um ideal e um objetivo em sua vida.

A necessidade de incluir os alunos num processo positivo de formação humana por meio da aquisição do conhecimento, é função do ensino no trabalho escolar, centrando a atenção na aprendizagem e construindo uma respectiva do trabalho coletivo, que possibilita uma maior autonomia através de um planejamento participativo, onde professores, alunos, pais, demais trabalhadores em educação buscam a ampliação dos espaços de exercício de cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo projeto Político-Pedagógico do Colégio (PPP, 2007, p. 10-11):

Os aspectos didático-pedagógicos do processo ensino-aprendizagem são favorecidos aos educandos com a elaboração crítica dos conteúdos reais, por meio de técnicas e métodos de ensino que valorizem as relações democráticas, abordando o processo educativo como a produção histórica da existência humana. O respeito é a base para a socialização cultural. Fundado no respeito ao saber e à cultura do estudante, o educador cultiva as diferenças, criando oportunidades para expandir os conhecimentos, ampliar a convivência e a sensibilidade na formação do estudante. A cultura, o saber e o patrimônio cultural da comunidade são partes integrantes e indispensáveis do currículo de uma escola que contribui para a formação humana dos alunos.

Cada pessoa é diferente. É na diferença que está a originalidade e o sentido de ser gente. Para educar, os meios, os procedimentos e as oportunidades de aprender contribuem para que os alunos decidam, possam tornar-se livres e responsáveis, autônomos e emancipados.

A existência humana é historicamente produzida. Nós somos produtos das relações vividas, porque somos incompletos e inacabados, portanto, em permanente construção. Aprende-se construindo e reconstruindo saberes. Em cada momento estamos aprendendo com os outros. Neste contexto a escola é a instituição especializada e indispensável para impulsionar essa produção humana. Por isso a filosofia do Colégio é “EDUCANDO PARA A VIDA”, a qual objetiva um pleno exercício da cidadania, elaborando projetos de melhoria do meio no qual se vive,

com o intuito de transformar toda a comunidade escolar e estender-se à toda sociedade.

Todo aluno, deve ter condições de relacionar-se com os outros para intervir autonomamente na sua mudança através da apropriação do saber produzido e acumulado pela humanidade, bem como o desenvolvimento da capacidade pessoal de agir compartilhadamente de socializar-se, de pensar e agir, isto é, a práxis voltada para a sua necessidade.

Embora o PPP da instituição de ensino objeto deste estudo de caso apresente um referencial teórico que defende o papel atuante da escola na inclusão social e superação das desigualdades, os dados relativos ao rendimento escolar dos estudantes matriculados no Ensino Médio demonstram que há altas taxas de abandono na última etapa da Educação Básica.

EVASÃO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE ENSINO: UM ESTUDO DE CASO

Desde o início de 2007, foi posto em destaque o tema Evasão neste colégio. Durante o 1º bimestre foram realizadas as seguintes atividades envolvendo os alunos do período noturno. No dia 16 de março foi realizada uma palestra com o tema “Limites “ com os membros da Pastoral da Família. No dia 21 de março teve outra palestra com o tema “Páscoa, tempo de reflexão sobre nossas atitudes”, com o pastor Antonio Carlos. No dia 28 de março, os alunos e professores participaram da palestra com os sacerdotes Teófilo e Efrain sobre “Páscoa, preparação para mudanças”. No dia 03 de abril, o pastor Sérgio da Comunidade Alcance, proferiu a palestra com o tema “Páscoa, passagem”. No dia 19 de abril, palestra com o conselheiro Tutelar Alexandre, sobre o tema “Otimismo e Amizade”. No dia 26 de abril, palestra com o conselheiro Tutelar Edenilson, sobre o tema “Respeito às diferenças”.

No 2º bimestre, no dia 06 de maio foi realizada a reunião com os pais dos alunos para informar sobre o rendimento escolar dos alunos e faltas. Os pais foram alertados sobre as faltas em excesso, se comprometendo em cuidar da frequência de seus filhos, também foram informados sobre o Projeto Fica. No dia 07 de maio teve a palestra com o conselheiro Tutelar Reginaldo, sobre o tema “ Metas na Vida”. No dia 14 de maio, palestra com o senhor Olavo, membro do grupo Carismáticos, com o tema “Importância da Educação na Formação do caráter das pessoas”. No dia 21 de maio, os alunos participaram da apresentação do teatro com os membros do Conselho Tutelar e Grupo de Jovens, sendo tema ‘Liberdade para escolher o Bem ou o Mal’. No dia 12 de junho, palestra com o padre Jair sobre o tema “Namoro e respeito”. No dia 27 de junho, palestra com os membros do Conselho Tutelar sobre o “Projeto Fica”. No dia 31 de junho, palestra com o delegado Doutor Ricardo, sobre o tema “ECA”.

No 3º bimestre, os pais dos alunos desistentes foram convidados para comparecer no Colégio e justificar a ausência de seus filhos, poucos compareceram. Após essa reunião, os alunos foram procurados pela direção e aconselhados a retornarem à escola, sendo que poucos retornaram por alguns dias, se evadindo novamente. As fichas “FICA” foram preenchidas e enviadas ao Conselho Tutelar. Neste bimestre teve a palestra no dia 08 de agosto com a professora Regina. Com o tema “Sonhos”. Também foram desenvolvidas várias atividades de motivação em

sala de aula e algumas ações voltadas para o Projeto Dia do Estudante. Na segunda quinzena de setembro, os alunos participaram de uma palestra e apresentações no Clube XII de novembro com os representantes do CAPS, sobre o tema “Efeito das Drogas”.

No 4º bimestre foi desenvolvido o Projeto “A importância da Leitura e da Escrita”, com a professora Luzia, com as seguintes atividades:

- filme: Os seguidores de Javé;
- debate;
- paródias;
- Teatro;
- exposição de cartazes;
- entrevistas;
- Dinâmica do espelho;
- apresentação de slides e comentários.

Essas atividades foram desenvolvidas em sala de aula, com acompanhamento dos professores e apresentado para todos os alunos do período noturno.

No dia 28 de novembro, os pais e alunos desistentes e alunos com baixa frequência participaram de uma reunião com representantes do Ministério Público, Conselho Tutelar e Patrulha Escolar, sobre o Projeto FICA e a evasão escolar.

A equipe do colégio compreende que esse é um trabalho a ser seguido a longo prazo e que teve resultado positivo, gerando a permanência de alguns alunos e o retorno de outros.

As Tabelas 1 e 2 apresentam os índices de aprovação, reprovação e abandono dos alunos matriculados em 2006 e 2007 no Ensino Fundamental e no Ensino Médio do Colégio estadual analisado. Estes dados estão disponíveis por meio do Sistema Estadual de Registro Escolar, mantido pela SEED/PR.

TABELA 1 – Taxas de rendimento / movimento escolar no Ensino Fundamental e Médio no Colégio em 2006.

Ensino	Rendimento Escolar		Movimento Escolar
	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
Fundamental	87,40%	6,80%	5,80%
Médio	56,00%	4,60%	39,40%

Fonte: SERE/ABC

TABELA 2 – Taxas de rendimento / movimento escolar no Ensino Fundamental e Médio no Colégio em 2007.

Ensino	Rendimento Escolar		Movimento Escolar
	Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
Fundamental	83,70%	10,20%	6,10%
Médio	61,20%	7,10%	31,70%

Fonte: SERE/ABC

A análise dos dados apresentados nas tabelas 1 e 2 demonstra que há redução significativa da taxa de aprovação dos alunos que freqüentam o Ensino Médio em relação aos alunos que freqüentam o Ensino Fundamental. Ao mesmo tempo, os índices de reprovação são menores no Ensino Médio, o que indica o grave problema do abandono escolar.

Pode-se perceber que houve uma melhoria de 7,7 % do índice de evasão do Ensino Médio de 2006 para 2007, pois houve uma diminuição de 39,4% das matrículas para 31,7%. Contudo, este percentual se mantém extremamente elevado na medida em que aproximadamente um terço dos alunos abandona a escola ao longo do período letivo.

Cabe ressaltar que muitos desses alunos voltarão a matricular-se no início do próximo ano letivo, mas sem a garantia das condições para a sua permanência na escola e a conclusão dos estudos, como estabelece a legislação vigente. Outros, contudo, passarão a fazer parte das estatísticas de evasão escolar e não voltarão aos bancos escolares nos próximos anos.

Percebe-se que o Projeto gerou bons resultados, motivando mais a permanência dos alunos no colégio, porém não o foi o esperado. Deveria haver um

envolvimento maior dos órgãos públicos e do Estado, quanto a contratação de psicólogos e assistentes sociais para apoiar as famílias desses alunos.

As Tendências Pedagógicas do Mundo Contemporâneo relacionam a educação com o avanço da sociedade incluindo os fatores científicos, técnicos, tecnológicos e filosóficos buscando desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de modo global. Visa, portanto oferecer aos alunos uma formação em todos os sentidos: cognitivo, social, motor, afetivo e intelectual, capacitando-os para a atuação como cidadãos críticos e construtivos dentro da sociedade, que evolui a cada dia.

Faz-se necessário estabelecer uma relação entre as exigências do educando, as possibilidades da escola e os interesses da vida em nossa sociedade que a cada dia desenvolve-se e caminha para a tecnologia. Destaca-se aí o “desenvolvimento”. Então o processo pedagógico deve ocorrer igualmente para todos os alunos.

E é através dos projetos desenvolvidos dentro da escola que ocorrerá uma possível mudança tão esperada pelos educadores que buscam esta formação complexa o suficiente para revolucionar o ensino. Este ensino deve ser atingido como um todo, buscando acompanhar o desenvolvimento da sociedade, inserindo-se nela como parte fundamental para a formação de um jovem com capacidades para absorver a tecnologia somada à sua cultura, a formação de um cidadão completo.

Atualmente os motivos da Evasão Escolar, se tornam mais freqüentes de maneira que seria difícil reverter este quadro. Apesar das novas políticas de incentivo nos vários campos da educação para jovens, a qualificação profissional nos vários níveis de ensino e acompanhamento às instituições escolares, auxílio às famílias carentes, materiais didáticos, não se tem obtido bons resultados.

Nas escolas, a cada dia os alunos apresentam uma conduta inadequada, podendo-se atribuir esse fato a desestruturação familiar, ao uso de drogas, e os conteúdos escolares para muitos não tem nenhuma significação.

Na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de atribuir a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não tem responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra (Arroyo 1997, p. 23).

É do conhecimento de todos que a escola deve estar preparada para formar os jovens que vem de uma sociedade injusta, e para isso é necessário, professores responsáveis, criativos e dinâmicos, que estejam preparados para inovar e transformar suas salas de aula em um lugar atrativo.

A escolha de conteúdos é extremamente importante e que deve estar direcionado aos interesses culturais, históricos e sociais do educando, para que suas aulas sejam atrativas e significativas, despertando o ideológico, conduzindo para o meio social como sujeito crítico.

Dessa forma, a evasão escolar diante das análises e de vários fatores sociais, culturais, históricos e econômicos, que estão incluídos nestas causas e conseqüências. A escola também possui sua parcela de culpa em conjunto com o apoio pedagógico e professores que não procuram aperfeiçoar e mudar a metodologia em suas aulas, pois no mundo globalizado em que vivemos, a escola está à frente do desenvolvimento através das ofertas sociais, pois uma sociedade melhor informada terá mais condições de desenvolvimento. E será difícil reverter este quadro da evasão escolar, enquanto a escola estiver sem condição inovadora para competir com o mundo social fora da escola.

Muitas vezes os alunos não vão à escola por causa do cansaço ou por falta de estímulo dos pais e da própria escola. A família e a escola devem estar sempre unidas para estimulá-los a continuar estudando e prepará-los para o mercado do trabalho. Os educadores precisam ter disponibilidade para trazer seus alunos para a escola e transformar a educação brasileira.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos da criança e do adolescente. Sendo assim, a instituição escolar deve valer-se de todos os recursos: Reuniões com pais de alunos, visita as famílias, Ficha Fica, palestras e desenvolvimento de atividades em fins de semana para garantir a permanência dos alunos na escola. Prevê ainda a legislação que quando todos os recursos da escola forem esgotados, a mesma deve informar o Conselho Tutelar do Município sobre as faltas excessivas não justificadas e da evasão escolar para que o Conselho tome as medidas cabíveis.

Quando a escola, governo e família não convencem os jovens a estudar, a justiça deve ser acionada. Conselhos Tutelares e o Ministério Público, via promotorias de infância e da juventude, tem a função de garantir os preceitos

constitucionais. O trabalho ainda não se desenvolveu adequadamente: “Falta ampliar o alcance das ações e aumentar o número de agentes para atender as realidades distintas,”

A interação entre todos, é necessária para o fortalecimento do trabalho escolar, da solidariedade, da alegria e da valorização humana.

É fundamental acentuar que a escola deve ser o espaço onde se produz sensibilidade, respeito, solidariedade, conhecimento e cultura.

Sabemos também que isoladamente não haverá possibilidade de vitória.

A escola deve ser o espaço de educação de qualidade, formando o educando para a vida em comunidade através de exemplos de vivência.

E é através do trabalho com as tendências pedagógicas apresentadas dentro da escola que ocorrerá uma mudança já tão almejada por todos os educadores que buscam esta permanência dos alunos na escola para revolucionar o ensino.

Este ensino deve ser atingido como um todo, buscando acompanhar o desenvolvimento da sociedade, inserindo-se nela como parte fundamental para a formação de um jovem com capacidades para absorver a tecnologia somada à sua cultura, à formação de um cidadão completo.

Em nossa sociedade, a escola pública, em todos os níveis e modalidades da educação básica, tem como função social formar o cidadão, isto é, construir e transformar conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante cada dia mais atuante, crítico e ético.

Para isso é indispensável socializar o saber sistematizado, historicamente acumulado. Uma educação de qualidade para garantir a permanência do aluno na escola, visa a emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite.

É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo.

Assim, a escola deve contribuir com a formação dos estudantes, nos aspectos culturais, econômicos e políticos, para o desempenho do seu papel de cidadão no mundo, tornando-se assim, uma qualidade referenciada no social.

Nesse sentido, o ensino de qualidade está ligado à transformação da realidade, onde o conhecimento passa a ser fruto de uma construção coletiva, e assim, fortalecendo a auto estima dos educandos teremos uma expectativa maior de manter nossos alunos na escola até a conclusão do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste artigo é apontar as causas e conseqüências da Evasão Escolar do Ensino Médio Noturno.

Percebe-se neste trabalho que cada vez mais a evasão escolar tem sido um dos mais graves problemas no ensino público e principalmente no Ensino Médio. Através das pesquisas e diálogos, conseguindo dados sobre este quadro, descobrindo as questões pelas quais a evasão acontece, vivendo hoje em uma sociedade pela qual cada pessoa deve ter o domínio de conhecimentos, através desta experiência podemos refletir sobre as análises teóricas no decorrer do curso de Especialização em Gestão Escolar. Deparamos que muitas vezes as expectativas de qualificação para uma educação de qualidade, não é sempre a qualificação desejada para desempenhar certas funções e que as teorias estão longe da prática de alguns profissionais que muitas vezes não transformam em prática a aprendizagem científica.

Se os educadores mudarem sua postura diante a evasão, isto é, começando a fazer do pedagógico um instrumento, um meio de vivenciar cidadania, cooperação, participação, fraternidade e construção do conhecimento, estarão contribuindo com a mudança do mundo educativo, eliminando a evasão.

Para entender o motivo da evasão escolar, é necessário compreender o contexto pelo qual se passa o aluno. Sobre tudo se observam problemas macroestruturais diversos, dentre a escolaridade brasileira. Isso acontece porque o sentido da escola vem se deteriorando, fazendo com que a escola perda gradativamente a capacidade de propiciar um processo de aprendizagem de qualidade.

A escola sendo um espaço dedicado à formação e preparação dos jovens, deve reconhecer a necessidade do trabalho em suas vidas e ajudá-los a compreenderem como funciona o “mundo do trabalho” atual, bem como apoiá-los para que tenham chances de nele se inserir, permanecer e progredir. Deve ter qualidade suficiente para que o jovem não só se matricule, mas queira permanecer. E isso deve ser estimulado com a implantação dos cursos profissionalizantes, de forma a ser uma opção para a entrada no mercado do trabalho.

O Estado precisa criar medidas de sedução, ou seja, criar estímulos para que os estudantes, principalmente os adolescentes possam freqüentar as escolas por vontade própria e não por imposição.

Atualmente enfrentamos profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, configurando-se na sociedade capitalista como um país independente e democrático. Vive um processo histórico de disputa de vários interesses sociais, por vezes inteiramente opostos. Neste processo, homens e mulheres, organizando-se em várias fases do processo capitalista, incluindo períodos ditatoriais em que aprendemos o valor de lutar pela reconquista de direitos e pela garantia da democracia. As conquistas históricas serão ampliadas e conquistadas quando a democracia em que todos os cidadãos, como sujeitos históricos, participativos da construção social, conscientes e críticos, lutam pelos seus direitos legais, tentam ampliar esses direitos, acompanhar, controlar socialmente a execução desses direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Isto também deve ocorrer no estado, no município e na escola onde a realidade mais próxima do cidadão em formação, o qual necessita construir e transformar o seu conhecimento, adquirir atitudes e valores que os tornem solidários, críticos,

Nesse sentido é urgente a reconstrução das relações sociais, resgatando o elemento humano presente e constitutivo no universo escolar. Isso significa que lutar contra fatores relacionados à evasão e ao fracasso escolar não resolverá todos os problemas da sociedade, mas ao resolver parte dos problemas de abandono escolar, resolve-se ao menos uma parte do problema na escola.

É dever de todo cidadão brasileiro, de forma individual ou organizada, buscar que os direitos à educação sejam cumpridos em todo país.

A Justiça depende da ação do cidadão. Se ele compreende como um direito difuso e se organiza, passa a ter condições de recorrer ao ministério público e ao conselho tutelar. A inclusão do artigo 227 da Constituição, sobre os direitos da criança e do adolescente, foi feita no processo constituinte pela pressão popular.

A ação efetiva dos cidadãos incide, portanto, em duas pontas: o judiciário, que ao constatar a problemática e o anseio social, tende a julgar com um olhar mais cuidadoso, e o Estado, que pela pressão popular, tende a priorizar a solução dos problemas.

Portanto, todos devemos caminhar juntos: família, escola, justiça e Estado na busca de novas soluções para esse grande desafio que é “o fim da evasão escolar”.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLA, Vilma. O que pensam os alunos sobre a escola noturna. São Paulo; Cortez, 2004

ABRAMOVAY, Mirian, CASTRO, Mary Garcia. Ensino Médio: Múltiplas vozes, Brasília: Universo. MEC, 2003

ARROYO, Miguel G. da Escola Coerente à Escola possível. São Paulo; Loyola, 1997.

ARROYO, M. Revendo os vínculos entre o trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. Porto Alegre; Artes Médicas;1991.

BRASIL, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República.

BRASIL. MEC/INEP. Censo escolar e sinopse, Estatística da Educação Básica. Brasília 2003

BRASIL, O Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, 13 de junho de 1990.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2000.

PPP- Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Alberto de Carvalho. Prudentópolis. 2007.

SILVA, Sueli Pereira da. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão- IESDE, Curitiba, 2005.

SILVA, A. O processo de exclusão escolar numa visão heterotópica, in: Revista perspectiva. V. 25, No 86, Erechim, 2000.

ZIBAS. D. M. L. Ensino Noturno de 2º grau: a voz do corpo docente. Caderno de pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo. V 78, M. 78. p. 41-50, 1991.